

As barracas de praia e a “civilização” do lazer: espaço urbano, poder e sociabilidade na Praia do Futuro

Wellington Ricardo Nogueira Maciel

Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará/
Professor substituto de sociologia da UFC e da Faculdade
RATIO/Fortaleza-Ce. Autor do livro *O aeroporto e a cidade: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística*.
Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2010.
Endereço eletrônico: wellsociologo@hotmail.com .

INTRODUÇÃO

A localização de grande número de barracas de praia (espécies de bares, restaurantes e casas de show à beira-mar) na Praia do Futuro¹ e a maneira como seu limite é demarcado são aspectos importantes para compreender o lugar que esses espaços ocupam atualmente na dinâmica urbana de Fortaleza. Por um lado, sabe-se que ali é o lugar do lazer praiano mais divulgado e utilizado na Cidade. Por outro, esse lazer passou por uma diferenciação dos

seus usos que resulta num fenômeno sociológico fundamental: a associação de sentido mais comum entre praia e barraca. A concentração e contiguidade de pontos de lazer num mesmo lugar lembra a ideia de *mancha* (MAGNANI, 2008). A “mancha de lazer” da Praia do Futuro compreende um conjunto de estabelecimentos comerciais que concorrem para marcar essa região, com a reunião de alguns elementos espaciais demarcadores, capazes de lhe conferir um “lugar próprio” (CERTEAU, 2003) no contexto de Fortaleza.

No que diz respeito ao entendimento do conjunto de barracas de praia como um tipo de “mancha de lazer”, alguns de seus traços singulares merecem ser assinalados. É lá onde se reúnem as barracas de praia mais representativas e procuradas do gênero. Seus elementos arquitetônicos e de inovação de serviços ocupam hoje lugar privilegiado nas matérias jornalísticas e nos guias de praia². Além disso, os símbolos que elas mobilizam são o aspecto mais eficiente de estabelecimento e sedimentação dos seus usos os quais não comportam ambiguidades. Sabe-se exatamente de que barraca se trata, quem as frequenta, as regras que as presidem, o que se pode ou não fazer no seu interior.

Atribuir às barracas de praia a qualidade de espaços urbanos centrais do lazer de Fortaleza significa destacar dois traços fundamentais: os socio-espaciais e simbólicos de organização do lazer praiano. O presente artigo se propõe a alcançar esse objetivo. O questionamento que o orienta é este: quais são as características dessas barracas-complexos, estruturas mais consistentes, que passaram a representar, sob a óptica da Associação dos Empresários da Praia do Futuro-AEPF, melhorias nas instalações e na prestação dos serviços associados ao lazer praiano? Como essas mudanças foram operadas por meio do acúmulo desigual de propriedades materiais e simbólicas?

Do ponto de vista dos estudos urbanos, não são poucos os trabalhos voltados para processos sociais de redefinição e marcação de lugares durante as práticas de lazer (BAUMAN, 2009, 2008b, 1999; FEATHERSTONE, 2007, 2001, 1997; CANCLINI, 2008, 2003; CERTEAU, 2003; ZUKIN, 2000). A temática central desses estudos é o lugar ocupado pelo lazer no consumo dos chamados bens simbólicos nas experiências das divisões sociais de hoje. A grande variedade de bens produzida e mobilizada na sociedade contemporânea, associada ao deslocamento dos conflitos do “mundo da produção” às práticas de consumo, consiste noutro aspecto ressaltado.

Por conta da nova centralidade urbana representada atualmente pelos espaços urbanos de usos liminares (ZUKIN, 2000), o tema do lazer afigure destaque nas pesquisas acadêmicas em ciências sociais, não só em razão da sua importância socioeconômica e cultural para as cidades contemporâneas,

mas também e principalmente pelo fato de estar associado, em grande parte, à emergência da chamada sociedade de consumo e dos aspectos políticos dos desafios ao planejamento dos usos turísticos do litoral.

DA PRAIA À BARRACA / DA BARRACA À PRAIA

Em relação à Praia do Futuro, foram várias as tentativas de planejamento dos usos do lazer organizados pelas barracas de praia. Cabe lembrá-las: projeto turístico *Atlântico Sul* (1985), durante a gestão municipal de César Cals Neto (1983-1985), interrompida por falta de verbas; *Operação Praia do Futuro* (1987), posta em execução na administração de Maria Luiza Fontenele (1986-1989). Também foi interrompida. *Operação Praia do Futuro* (1988), intervenção proposta por barraqueiros, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral do Estado, Delegacia do Patrimônio da União e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Apenas 1.600m de faixa de praia foram ordenados; gestão do prefeito Ciro Gomes (1989), continuação do ordenamento da faixa de praia da gestão anterior. Interrompida em 1990; gestão do prefeito Juraci Magalhães (1990-1992). O projeto foi paralisado por apresentar problemas ambientais (1992). Na segunda gestão de Juraci (1997-2000), foi dado início às obras do calçadão, concluídas em 2000; e por fim o projeto *Esta praia tem Futuro* (1999), um conjunto de ações realizado pela AEPF e Secretaria de Turismo do Estado do Ceará-SETUR.

À revelia ou em sintonia com essas tentativas de planejamento, algumas barracas passaram, nas últimas décadas, por uma diferenciação que tem resultado na redefinição do sentido jurídico comumente atribuído ao que se entende por praia (“bem público de uso comum do povo”, “espaço público”). Tal redefinição semântica é realizada mais intensamente nas barracas vinculadas à Associação dos Empresários da Praia do Futuro (AEPF), denominadas aqui de barracas-complexo. Estas, comparadas às barracas-artesanais da “praia velha” – sua principal contraposição – delas se diferenciam, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto no que se refere aos traços de estilização estética, aspectos valorizados atualmente pelas “cidades mercadorias” e pelo *city marketing* (HARVEY, 2004, ARANTES, 2000).

Na Praia do Futuro “nova”, que tem início no trecho entre a Praça 31 de Março e a Rua Renato Braga, estão os complexos turísticos maiores e mais caros representados pelas barracas-complexo temáticas, mais sofisticadas (Chico do Caranguejo, Itapariká, CrocoBeach, Marulhos, Vira Verão, Vila Galé, Coco Beach e América do Sol), e que compõem espaços restritos a frequentadores dispostos a consumir os serviços diferenciados ali oferecidos.

Cabe fazer referência ao papel exercido pelos barraqueiros que passaram a ser reconhecidos, desde a implantação do projeto turístico *Esta praia tem Futuro*, em 1999, como empresários. Diferentemente dos barraqueiros da “praia velha”, com posse de menor capital econômico, cultural e simbólico, aqueles empresários passaram a emprestar à barraca de praia a qualidade de “paisagem” (ZUKIN, 2000), incitando, assim, a ambiguidade típica de um espaço urbano liminar. É possível também encontrar nas dependências dos principais complexos de barracas a “citação cultural” de lugares distantes, associadas ao que Featherstone (2007; 2001; 1997), na esteira das reflexões de Baudrillard (1991), chamou de “espaço simulacional”.

A função assumida por esses empresários assemelha-se àquela que os chamados “novos intermediários culturais” incorporaram no contexto das mudanças da estrutura social nos Estados Unidos na década de 1960. Aqueles “jovens profissionais urbanos”, como foram chamados, reuniam diversos tipos de “animadores culturais” provenientes da participação em atividades de jornalismo, artes plásticas, *marketing*, publicidade, entre outras.

De modo geral, os “intermediários” dedicam-se à oferta de bens e serviços simbólicos bastante valorizados na cidade contemporânea, sobretudo para o consumo distinto e seletivo de turistas e setores sociais que, a despeito do lugar, tendem a apresentar gostos e práticas culturais semelhantes. Historicamente, tais profissionais foram recrutados nos setores de classe média diante da crise econômica que abalou a sociedade norte-americana durante as transformações associadas à chamada “acumulação flexível”, atingindo o “mundo da produção”. O “consumo cultural” revelou-se estratégico para reverter esse quadro e passou a ocupar, ao lado da “produção”, importante lugar na reprodução do capital (HARVEY, 2005; 2004).

Pode-se dizer que o papel dos empresários associados à AEPF na sedimentação da divisão entre “praia nova” e “praia velha” incorpora algumas práticas desses “intermediários”. É o caso de recursos simbólicos utilizados nas suas barracas que servem de ornamentação e obstáculos arquitetônicos (cercas, muros, cordas, tapumes, instalações) com efeitos de demarcação de lugares (LEITE, 2001; ARANTES NETO, 2000) capazes de reforçar fronteiras e distinções na Praia.

Para ilustrar esse aspecto de expansão e diferenciação das barracas de praia, é oportuno o recurso à trajetória de um dos “intermediários” do lazer praiano na sedimentação de novos usos do litoral de Fortaleza. O relato de “Seu” Marinho, proprietário da barraca *Marinho’s*, na “praia nova”, é ideal típico da transformação do barraqueiro em empresário, além de mostrar elementos da dinâmica de movimentos que as barracas passaram a emprestar

à configuração do referido lazer. A diferenciação em relação aos restaurantes foi o primeiro traço a ser levado em conta para a demarcação do espaço das barracas. Nas palavras do entrevistado:

A Praia do Futuro... ali no antigo Chez Pierre... ali é o começo da Praia do Futuro velha e ela vinha até o Casarão. Pra cá não tinha nada. Era só mato. Isso nos anos 60. *Eu ainda não tava na praia* [Grifo meu], mas era isso aí (...) Na Praia do Futuro velha tinha os restaurantes e as barracas deles lá. Tinha o Bola Branca, tinha o Balanço do Mar, o Bariloche, o Ruínas, o Mandacaru, o Bacaninha. Aí o último que tinha era o Albatroz, onde é o Eudinho. É um restaurante todo de madeira. Muito chique (...). Hoje é ocupado por uma barraca. A barraca dele é a Barcelona, era como se fosse hoje a Croco Beach. Era *top* de linha. Era toda feita de madeira. Ela colocou lonas de listras, com varanda, rede... Isso era coisa de outro mundo porque na verdade as barracas eram todas de saco de açúcar. Todas as barracas (...). Isso na Praia toda. Surgem a Barcelona e o Kabuletê, que hoje é o Rebu. Então, são barracas de madeira arrumadinha. Elas se diferenciavam das outras. Naquele tempo, as barracas não podiam ficar na praia não. Você armava hoje e no final do dia desmontava e ia pro outro lado da rua. A gente pagava as pessoas que moravam do outro lado da rua para guardar nossas barracas. Tinha um depósito. A gente guardava as mesas, as cadeiras e as varas, que eram curtas. Tudo muito pouco. Nº outro dia, na segunda-feira, vinha a Capitania dos Portos...Nessa época não tinha o Patrimônio da União não... Recolhia tudo. Quem ficasse na praia perdia a barraca. Nº dia seguinte, tudo de novo: montava a barraca e depois tirava. Isso já na praia, na areia. Do outro lado tinha os restaurantes. Tinha restaurante muito famoso. Esse Balanço do Mar... Vinha muita gente famosa. Eu tinha mais ou menos uns quinze anos.³

A classificação como barraca ou restaurante, por outro lado, dependia de alguns aspectos fundamentais, como tipos de materiais de construção utilizados e a localização desses equipamentos. Como diz “Seu” Marinho,

É o seguinte. Meu pai começou primeiro que eu, lá. O nome da barraca dele era *Minibar* e a do meu irmão era *Edílson praia bar*, que hoje ainda existe. Ainda tá lá. Ele ficou lá. Eu vim embora pra cá. Lá eu não tinha barraca. Eu tava no meio, mas não tinha barraca. Então começou. A barraca que começava a Praia velha se chamava *Chez Pierre*. Era uma barraca muito grande. Tinha música ao vivo e tudo. Era a única que era de alvenaria. Toda pronta. E era a única fixa, que ficava, as outras não. Ela não era estilo da gente. Porque ela, como era uma

coisa muito antiga, ela tinha uma coisa diferente (...). Aí começou com o *Chez Pierre*. Ele ficava todo dia e a gente tinha que botar e tirar, botar e tirar...Tinha um monte de barraca que eu não lembro o nome agora. Eu sei de todas, mas não lembro agora (...). Aqui na parte nova existia apenas uma barraca que se chamava *Saporiu*. Ela é a barraca mais velha da Praia do Futuro. O *Chez Pierre* era barraca, mas a gente já considerava restaurante por conta de tá na praia, mas era terreno próprio. Tava dentro da praia e não era barraca. A gente tinha que recolher o material e ela não. Agora aqui, de barraca, tinha a *Saporiu*, né? Ela ficava ali por trás onde hoje está a *América do Sol*. Do outro lado, tinha um restaurante antigo que se chamava *Karlu’x*. Acabou. A *Saporiu* era sozinha. Do outro lado, era só restaurante. Vinha gente famosa. Jogador de futebol... Rivellino, o Pelé... Tinha cantores famosos... Agepê, Pinduca, Alípio Martins...

O fechamento dos primeiros restaurantes na Praia é apontado por ele como responsável pela nova posição que as barracas ocuparam nas dinâmicas do lazer praiano. Conforme o entrevistado, a transformação de restaurante em barraca obedece a dinâmica fixo/móvel:

(...) Teve um período... muito menino de ‘menor’ saindo no jornal freqüentando esses restaurantes. Aí o Juizado de Menores fechou tudo. Até hoje. Nunca mais abriu nenhum lá na praia velha. Aí as barracas de cá começaram a engordar o pescoço, a crescer, a fazer coisa melhor, porque acabou o lado de lá. Antes era restaurantes e as barracas. As barracas não tinham tanto... eram móveis, não tinham tanta bagagem como tem hoje. Aí o *Kabuletê* caiu na praia e virou *Rebu*. Existe lá em cima. Ele era restaurante, aí veio pra praia e virou a barraca *Rebu*. Chegou a ser barraca *Kabuletê* ainda. Começou como barraca. Depois que ficou fixo virou restaurante. Depois voltou como barraca *Rebu*. E até hoje existe... *Rebu*.

Dentro dessa dinâmica restaurante/barraca, barraca/restaurante, e fixo/móvel, “Seu” Marinho revela o momento em que “caiu na praia” como barraqueiro:

Eu, no caso, quando cai na praia...Eu já tenho uma faixa de trinta e cinco anos na praia. Quando em entrei, eu entrei menor. O meu pai tinha um barzinho do lado de lá, que se chamava *Minibar*. Ele já tinha acabado com a barraca, entendeu? Aí eu comprei uma barraca escondida dele. Eu ajudava meu pai no bar, que era também restaurante, entendeu? (...). A minha barraca tinha só quatro mesas. Só que eu não podia ir pra lá porque era de menor. Eu contratei

um cara pra tomar conta (...). E era daquele jeito tirando e botando...a barraca. Todo mundo que tava ali era que nem ambulante. Ele num bota também uma barraquinha? Do mesmo jeito. Eu sou filho dum comerciante. Ele começou como um ambulante. Colocou uma mesinha e aí foi aumentando. Eu tinha quatro mesas, já era uma barraca razoável. A maior barraca tinha vinte mesas. Era uma *Croco Beach* da vida, entendeu? (...). Eu fui um dos primeiros a colocar palhoça na barraca. Aí eu juntei um dinheiro e comprei umas mesas, bandejas, garçon. Foi uma revolução na praia. Com pouco tempo vinha todo mundo. Descobriram que tinha uma barraquinha legal na praia. Peguei uma clientela fora de sério.

Segundo “Seu” Marinho, pelo fato de estar se diferenciando das barracas de lona ou à base de saco de açúcar, que constituíam a maioria, passou a enfrentar conflitos em torno dos usos que estava incentivando:

(...) Aí começou a dar problema pros vizinhos. Os outros começaram a construir também. A gente ficava por teimosia. A gente começou a crescer. A gente começou a ter mais coisa. As barracas começaram a inchar. A gente descobriu que a Capitania dos Portos só tinha dois caminhões. Não dava para colocar todas as barracas. As que não eram tiradas ficavam lá mesmo. E foi ficando e crescendo. Aí começou a cansar eles, né? Eu, o meu irmão e o *Kabuleté* começou a fazer uma barraca legal, a crescer. Aí começou a aparecer o cara com uma batinha, a aparecer uma clientela legal, de alto nível. E aí os outros começaram a reclamar que a gente tava crescendo demais. Ficaram pra trás. Me denunciaram pra Capitania, entendeu? Porque eu tava crescendo demais, entendeu? Era pra eles me acompanhar, né? Pra ficar tudo bonitinho também. Eles diziam que eu tava botando barraca pra barão e queria matar os pobres. Aí eu criei um outro nível. Comecei a pegar amizade com gente grande. Comecei a ser conhecido. Mas resolveram derrubar minha barraca (...). Eu fiz isso pra valorizar a praia. Pra mostrar que a gente é organizado. Com nenhuma intenção de passar por cima de ninguém (...) Na época os restaurantes vinham pra cá pra ver que cara é esse organizado que tá na praia. Vinha o pessoal do Peixado, Panela de Barro e Toca do Coelho. Minha barraca era referência. O cara que veio da Capitania pra derrubar a barraca me deu uma dica: ele pediu que eu criasse uma associação pra dar força, pra gente brigar por isso aqui, porque do jeito que tava as barracas não podiam ficar, entendeu?

A criação de uma Associação tinha por objetivo reunir os barraqueiros em torno da defesa de sua permanência. Apesar dessa intenção, apenas aque-

les que estavam se diferenciando dos demais optaram por assim proceder. Esse fato resultou, gradualmente, numa divisão da Praia. Uma configuração de barraqueiros ao redor da Associação foi se estabelecendo. A “praia nova”, também chamada de “praia das barracas urbanizadas”, de “calçadão” ou ainda “praia do meio”, já que se encontrava entre a “praia velha” e a praia do Caça e Pesca, passava a ser vista como promissora entre os barraqueiros associados. Algumas conquistas já haviam sido realizadas por eles. Embora pudessem representar ônus para os barraqueiros, sinalizavam a sua legalização perante o poder público. Segundo o entrevistado,

(...) Aqui surgiu outra praia que é a praia das barracas urbanizadas. Aqui é onde foi feito a urbanização. Foi feito o calçadão. O calçadão não tinha documento da União, não. Foi coisa da Prefeitura. Quem conseguiu esse documento da União foram as barracas que começaram primeiro. Com a associação as barracas conseguiram a RIP. O Patrimônio não modificou nada. Ele considerava o que já estava, a área existente. Inclusive se você quisesse colocar uma área maior, podia, só que ia pagar mais caro. Aí essa parte do meio aqui... Apareceu o prefeito César Neto, né? Ele fez a urbanização da [rua] Renato Braga, do antigo Casarão, perto da barraca Porto Beach. O Casarão não faz parte da velha. O calçadão vem de lá até a barraca América do Sol. Aí nesse meio foi feito barracas pequenininhas pra venda de coco. Só pra coco (...) Aí só podia colocar vinte mesas e era dentro dum buraco. Era uma barraca enterrada, entendeu? Isso foi com a Prefeitura.

A urbanização parecia, aos olhos de “Seu” Marinho, concretizar a promessa da “praia do futuro”. A opção de se deslocar para esse “meio” que despontava era alimentada por essa imagem:

Eu parti pra ela. Eu sai da praia velha pra ir pra urbanização. Porque eu senti que era o futuro, sabe? Eu tava numa barraca grande lá. Depois que fizeram esse calçadão pra cá essa praia aqui deu uma crescida. E a gente ficou mais velho lá, ficou esquecida. Aí eu senti que o futuro era aqui. O que é que fiz? Eu troquei a minha barraca, que não era urbanizada por uma urbanizada. Lá na velha, eu não cheguei a ter RIP porque na hora que a gente criou a Associação e ela começou a andar foi no momento que chegou o calçadão. Aí virou um problema. Eu tinha uma barraca minha, sem RIP e eu parti, pensando no futuro (...). Eu fui ser permissionário. Aí, foi uma coisa bem bolada. Surgiu o calçadão novo. Todo mundo com aquela sensação. Só que eu deixei de ter uma coisa minha pra ser permissionário. Porque nessa barraca de permis-

sionário quem manda é a Prefeitura. É sua, mas até na cor da roupa era a Prefeitura quem mandava. Na época, era uma bata verde com o nome Emlurb. A barraca não podia ter nome. Era barraca ‘A’, ‘B’... Aí ficou o calçadão da Praia do Futuro, a praia velha e o Caça e Pesca. Aqui era chamado o calçadão das arapucas porque era dentro de um buraco, pequena (...). Aí eu vim de lá porque começou a aparecer favela e aqui começou a aparecer mansão nas dunas. Como eu já tinha uma visão, eu disse: ‘a tendência é isso aqui encher de favela. O negócio é pra lá.’ Aí tinha o Caça e Pesca e o ‘meio’. Eu optei pelo calçadão. O calçadão naquele tempo era coisa de outro mundo. E realmente deu certo. Eu passei uma fase ruim, mas deu certo porque eu tô no melhor lugar da praia hoje. O lugar mais valorizado da praia é o ‘meio’.

Ao se referir à “praia nova”, o empresário fornece valiosas pistas para o entendimento das dinâmicas entre essas “praias”. Enquanto a “praia do meio” ou do “calçadão” parecia ter uma referência espacial mais ou menos circunscrita, “a praia urbanizada”, a “praia nova”, era uma forma de classificar barracas que possuíam entre si as características de ter crescido e possuir uma estrutura diferenciada. Nesse sentido, até trechos da “praia” do Caça e Pesca já despontavam como “praia nova”.

A saída apontada pelo entrevistado para reverter o abandono da “praia do meio” era fazer com que essas barracas urbanizadas crescessem. A urbanização havia construído cerca de 22 “arapucas”, todas sob controle da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em termos de expansão. O lado bom, apontado por ele, desse cenário estava no fato de, a essa altura, a Prefeitura já haver deixado de realizar fiscalização e renovar os contratos anuais dos permissionários. Isso facilitou a venda das “arapucas”, possibilitando com que essa “praia” voltasse a crescer:

(...) A gente se perguntava: quem é que vai comprar uma permissão de uso? Só tinha uma saída (...) Se colocar um cara grande, um grande arrasta o outro, entendeu? Aí um dia chegou o Argemiro [proprietário da barraca *CrocoBeach*]. Na época [no ano de 2000] a barraca era uma arapuca. Só que a dele era um arapuca diferente. Todas essas barracas grande daqui hoje foram arapucas. Tinha dois tipos. Tinha a arapuca e tinha a ‘bandinha’. Aquela barraca atual dele, da *CrocoBeach*, é lugar de cinco ‘bandinha’ (...). A gente precisava de um cara que botasse grana e comprasse a briga pra chamar outras pessoas. Então, era eu, o Saturnino, o Valdinei e o Aldair. A gente era diferenciado. A gente começou a valorizar essa área aqui. De que forma? A gente já começou a colocar a faixa. Esses quatro barraqueiros...a gente criou uma maneira

diferente de levantar nossa área. Como não deu certo a urbanização...deu certo, mas ninguém ia segurar turista com arapuca. Esses barraqueiros não pensam em crescer. Fui eu que convenci o Argemiro a comprar nessa ‘praia’. Eu precisava de um doido pra comprar uma barraca. Porque você sabe, aqui não podia fazer nada, era controlado. Tinha que ser um doido porque o cara que tem dinheiro ele só pensa em crescer. Aqui não tinha chance pra gente crescer. Aí nasceu a *CrocoBeach*, na praia. Aí começou a mudar tudo. Com a mudança na barraca dele começou a atrair o público que a gente queria. A Prefeitura abandonou. A gente começou a melhorar. Tudo começou com a minha barraca. Com a *CrocoBeach* apareceu a *Vira Verão* dentro dessa área ainda que era das arapucas. Depois da *Vira Verão*, a Marulho cresceu. Várias barracas mudaram depois disso. De repente nós transformamos uma área que tava ruim na melhor. Hoje é a melhor área de barraca de praia do Brasil.

Esse aspecto da dinâmica das barracas no início da ocupação da Praia é importante por assinalar o contraste nas redes de interdependência entre as barracas que estavam crescendo e os “excedentes”. Se, como relata “Seu” Marinho, os restaurantes eram fixos e os barraqueiros pioneiros eram móveis, atualmente, com a transformação destes em empresários, passaram a se estabelecer como fixos (barracas-complexo) e os vendedores ambulantes a assumirem a posição de móveis, revelando disputas e conflitos em torno dos usos e limites da Praia. Por outro lado, a dinâmica entre as divisões da Praia do Futuro narrada e vivenciada por “Seu” Marinho, a partir dos seus movimentos, revela a forma como a urbanização da Praia foi produzindo um conjunto de barracas distintas em relação às demais. Isso favoreceu certa posição de poder daqueles barraqueiros associados, que, gradativamente, assumiam funções fundamentais como empresários nas dinâmicas do lazer da Praia. Aos poucos, entre essas barracas urbanizadas, algumas foram se autonomizando em relação às demais.

DILEMAS DA URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO FUTURO

O avanço e o crescimento físico das barracas ocorreram paralelamente ao acúmulo de propostas de urbanização para a Praia. Um desses marcos sucedeu a propósito da construção da Praça 31 de Março. Edificada durante a gestão municipal do prefeito Evandro Ayres de Moura (1975-1978), ela fora apresentada como o principal espaço aberto para uso do lazer praiano, sendo apontadas como principais qualidades “equipamentos de lazer, como restaurantes, lanchonetes, *playgrounds* e uma área para *camping*”, para

dar “condições de lazer” aos seus usuários, até então inéditas em espaços abertos na Praia.

A proposta de construção desta praça incorporava, além de barracas, “campo de pelada, parque para crianças, local para pic-nics e sombrinhas de praia”. Esses dados demonstram a tensão que se tornará cada vez mais presente nos usos da Praia: aquela que envolve o aumento vertiginoso de barracas e sua expansão para áreas consideradas públicas e as propostas de controle do lazer praiano por parte do poder público.⁴

É possível inferir, a partir daí, que o lazer da Praia do Futuro estava se estruturando em função de interesses que norteavam discussões sobre a demarcação dos seus limites físicos e simbólicos, embora já se constatasse certa confusão entre os “territórios”. Apesar desses limites ainda não serem questionados como problemas, era dada como fato notório a presença de contradições entre os usos de sua faixa de praia (jornal *O Povo*, de 07 de março de 1979).

Um aspecto fundamental que perpassa as primeiras medidas que buscavam conter o crescimento das barracas diz respeito à espacialização das propostas de urbanização. Ou seja, apesar de tais propostas, em grande parte, terem como pano de fundo toda a extensão da Praia, apenas alguns trechos foram recebendo, ao longo dos anos, intervenções com vistas à sua organização como espaço de lazer. Os órgãos fiscalizadores tiveram papel importante nas dinâmicas de ocupação e usos efetuados pelas barracas.

A seletividade das intervenções com vistas à urbanização é demonstrada pela construção da Praça 31 de Março e das obras de prolongamento da Avenida Santos Dumont – planejada para ser a principal via de acesso à Praia e em cuja extremidade se instalou a Praça –, ambas símbolos da “praia do presente”. Além de “Seu” Marinho, outros barraqueiros me relataram nas entrevistas e em conversas informais que tais intervenções favoreceram uma espécie de migração, para aquela área da Praia, de barraqueiros mais antigos já instalados em outras áreas – como no trecho Chez Pierre-Clube dos Engenheiros, nas imediações do bairro Serviluz – uma vez que, em virtude da crescente atenção dada pelo Poder Público, a área da Praça passou a ser vista como de expansão urbana.

A matéria “Urbanização da Praia do Futuro vai começar”, veiculada pelo jornal *O povo*, em 02 de janeiro de 1984, anunciava “a urbanização do trecho que vai da Avenida Perimetral à Praça 31 de Março”, compreendendo 2.680 metros. Afirmava-se que esse modelo de urbanização seguia o adotado para a Avenida Beira-Mar; ou seja, no lugar de barracas isoladas, seriam construídos conjuntos padronizados, reunindo seis barracas cada. E acrescentava, ainda,

que o número total dependeria de quantos barraqueiros se apresentassem para arrendá-las. A prioridade no arrendamento seria dada aos “barraqueiros que já trabalham naquela parte da orla marítima de Fortaleza”.

Ficaria a cargo da Empresa de Urbanização de Fortaleza (EMURF) – mais tarde, Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) – a realização e fiscalização das obras. Uma das primeiras medidas adotadas por esse órgão foi a cobrança, aos permissionários das barracas, de uma taxa cujo valor era mais alto do que aquele praticado na Beira-Mar. A taxa tinha por função, segundo palavras do presidente do órgão citadas na matéria, complementar as obras realizadas pela Prefeitura no trecho.

Analisamos, agora, outros elementos referenciados por reforçarem argumentos aqui levantados acerca das interdependências e coerções que foram circunscrevendo as relações entre Poder Público e barraqueiros dos trechos que passaram a ser objeto de intervenções. Merece destaque o fato de a taxa cobrada àqueles barraqueiros que permaneceram no trecho da Praça ser a mais alta da Cidade, uma espécie de moeda de troca. O terreno pertencia à própria Prefeitura Municipal, não havendo, portanto, necessidade de desapropriações. Ressalte-se também a obra de urbanização era apresentada como a mais cara da gestão do prefeito Evandro Ayres de Moura. O arquiteto contratado foi o mesmo que realizou a urbanização da Avenida Beira-Mar. Dentre as principais mudanças, estava a construção de quadras de esportes, bancos de concreto, iluminação pública, posto médico e banheiros públicos.

Cabe lembrar que, alguns anos antes da proposta de urbanização de 1984, outras medidas foram cogitadas para a Praia, como as de junho e dezembro de 1981, na gestão municipal de Lúcio Alcântara (1979-1982), alegando-se, porém, falta de recursos para realizá-las. Lê-se ainda, na matéria jornalística de 02/01/1984, que a proposta era digna de aplausos por favorecer a “higienização daquele recanto da orla marítima, principalmente as áreas utilizadas para o lazer de amplas camadas da população”, sendo as principais as de “classe média, sem maiores opções para a necessária higiene mental”.

UMA “PRAIA SEM FUTURO”: A CONSTRUÇÃO DA “PRAIA DO PRESENTE” E “DO CAOS URBANO”

Durante toda a década de 1980, o crescimento do número de barracas na Praia resultou em várias medidas visando ao seu controle ou retirada. A EMLURB assumiu a função de fiscalizadora desse tipo de uso da praia. As primeiras medidas adotadas se resumiam à retirada das estruturas de barracas, utilizando-se, inclusive, da força. Logo em seguida, a intervenção

se estendeu à proposta de estabelecimento de convênios e concessões de usos a alguns barraqueiros.

Como a delimitação das áreas de praia no estado e restante do País ainda não havia sido estabelecida do ponto de vista jurídico – o que só ocorreu em 1989, com a Lei de Gerenciamento Costeiro –, em Fortaleza, coube à EMLURB estabelecer parâmetros para o disciplinamento dos usos das suas praias. Foi na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele (1986–1989), durante sua “administração popular”, que se intensificaram tais medidas.

O trecho da Praça 31 de Março – também conhecido como “praia do meio”, “praia do calçadão” ou “praia nova” – que havia recebido barracas padronizadas, já reunia também “barracas e cadeiras excedentes”. Para executar a redução do número de barracas desse trecho, foi criada uma grande equipe, composta de: quatro coordenadores, 20 fiscais, 72 garis, um operador de pá mecânica e um auxiliar. Foram utilizadas ainda “10 caçambas, quatro carros lastro, dez chibancas e dez pés de bode”. A Polícia Federal, a Polícia Militar e o Batalhão de Polícia de Trânsito atuaram como “grupo de apoio”. Uma consulta a cerca de 382 pessoas – supostamente “usuárias de toda a faixa já urbanizada” – revelou insatisfação destas com o “estado de conservação dos equipamentos e serviços existentes na praia”. (jornal *Diário do Nordeste*, de 19/10/87).

No trecho inicial previsto pelo projeto de urbanização, havia cerca de 96 barracas, distribuídas entre apenas 33 proprietários. Cada barraqueiro “trabalhava numa matriz, além de duas ou três filiais”. “A nossa intenção é deixar o barraqueiro em apenas uma barraca”, afirmava o presidente da EMLURB. De toda forma, os barraqueiros permaneceriam, até o término do projeto, nas barracas existentes até a posterior “delimitação do [novo] espaço de trabalho”. Era prevista a construção de 28 barracas no lugar das 96, sendo que aquelas, pelo Projeto, seriam “ampliadas, duplicando o tamanho das antigas barracas-padrão”.

Em toda a extensão da Praia – isto é, do antigo restaurante e barraca Chez Pierre ao Clube do Caça e Pesca –, funcionavam 336 barracas, sob o comando de 155 barraqueiros, dos quais apenas 13 possuíam autorização de uso do cada vez mais atuante Serviço do Patrimônio da União (jornal *Diário do Nordeste*, de 20/10/87), órgão que passou a concentrar as funções de fiscalização e controle dos usos da praia até então a cargo da EMLURB.

Na negociação de novos critérios alusivos às regras de funcionamento das barracas e à ocupação das áreas, no trecho, a Associação dos barraqueiros ficou encarregada de definir juntamente com a empresa municipal, os novos limites. Àquela altura, os barraqueiros do trecho da Praça 31 de Março passaram

a apresentar contrapropostas de urbanização, tentando estabelecer distinções entre seus estabelecimentos e as barracas-padrão instaladas pela Prefeitura.

Em 1989 – mesmo ano de criação da Lei de Gerenciamento Costeiro –, a difusão de imagem associando barracas de Praia e lugar desordenado e caótico parecia se consolidar junto à opinião pública. Nessa ocasião, por conta do crescente número de barracas, foram intensificadas tais representações, em particular a de “praia do caos urbano”, e o avanço das barracas passou a resultar em mais iniciativas dos barraqueiros em torno da elaboração de propostas alternativas de ordenamento da Praia.

Matéria divulgada no jornal *O Povo* de 14/05/1989, intitulada “Caos urbano ameaça o bairro do futuro”, revelava que o próprio “projeto alternativo” dos barraqueiros estava ensejando conflitos de usos e definições dos espaços entre os “estabelecidos” na Associação e os barraqueiros “excedentes”, *outsiders* (ELIAS, 2000). Lê-se no periódico:

O bairro do futuro, sonho de muitos e da classe imobiliária que investiu na praia com esse nome como uma nova fonte de renda, ainda é obscuro e distante. Mesmo depois de iniciado o projeto de urbanização envolvendo a Procuradoria Geral da República, a Prefeitura de Fortaleza, Governo do Estado e Associação dos Barraqueiros, que desenha um novo contorno para as barracas à beira-mar, o local continua sendo alvo de grupos de sem-teto. Aleatoriamente, eles armam as suas barracas tanto na orla marítima, com fins comerciais – venda de bebidas, peixes e caranguejos, somando já um total de 400 – de acordo com os dados da Procuradoria Geral da República, como fora da faixa de praia, onde os casebres já formam pequenas favelas (...). O projeto que prevê alinhamento das barracas, da Praça 31 de Março ao Clube de Engenharia, que foi idealizado pelos barraqueiros (...) está sendo desrespeitado por eles próprios. As barracas continuam, em sua maioria, com grande parte construída em alvenaria, ignorando o projeto que prevê a construção em tijolos apenas para cozinhas e banheiros e a conservação de boa área para a preservação do verde. As cadeiras, que deveriam ficar apenas na faixa sob a barraca de palha, espalham-se sem nenhum alinhamento em grande faixa fora das barracas.

Esses barraqueiros excedentes, situados às margens dos projetos oficiais e alternativos de urbanização do lazer – referidos pela matéria como “barracas”, “eles próprios”, “grupos de sem tetos” e “pequenas favelas”, não possuíam representação junto à associação de barraqueiros, configuração tecida entre os barraqueiros das áreas já urbanizadas, organizada principalmente com base naqueles instalados no trecho da Praça 31 de Março.

Os barraqueiros associados à ABPF haviam conseguido, na ocasião, ampliar em 10 metros a área de suas barracas, além do espaço previsto no projeto inicial, com o objetivo de pôr mais mesas, cadeiras e empanadas. Eles passariam a contar, a partir de então, com 42m X 55m na dimensão de suas barracas. Para o então presidente da Associação dos Barraqueiros, Raimundo “Quente”, a “regularização” por parte da Prefeitura daria mais segurança a eles, pois poderiam trabalhar “dentro da lei”. Mesmo assim, a medida não agradou a todos os associados à ABPF. Para o proprietário da barraca Itapariká, Fernando Ramos, a ampliação – prevista ainda pelo Presidente da ABPF – representava área ainda menor do que a estabelecida pelos barraqueiros antes da urbanização, não aceitando, portanto, “reduzir o espaço ocupado”.

Os barraqueiros agrupados na AEPF foram construindo posições de poder nos embates anteriores em torno de propostas de urbanização para a Praia. Mais à frente, discorro sobre a centralidade da Associação nas vigentes redefinições de usos e classificações da Praia, ora em consonância com os agentes públicos, ora de forma independente, dando ênfase ao projeto turístico *Esta praia tem Futuro*. Nesse momento, registraram-se maior autonomia e centralização das medidas e decisões da Associação e dos seus associados no interior da “mancha” do lazer praiano. Em todo caso, apesar de deixar à margem a maioria dos barraqueiros instalados na Praia, o projeto “alternativo” passou a ser incorporado pelos agentes públicos. A legitimidade das novas construções passou a ser disputada principalmente entre esses atores.

O aspecto rude e simples das barracas-artesanalas da “praia velha” passou a ser o item mais combatido, quando se buscava justificar o crescimento das barracas-complexo. No próximo segmento, trato da propriedade das barracas de praia e suas transformações de usos. São analisados documentos, relatórios e propostas de organização do lazer praiano por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que tem contribuído para intensificar, ao longo dos anos, os aspectos de diferenciação, racionalização operacional e econômica de alguns desses estabelecimentos.

AS BARRACAS DA “PRAIA MAIS BADALADA DA CIDADE”

Em meio a essa dinâmica – abrangendo desde as primeiras barracas-artesanalas construídas de forma improvisada, com lona, na década de 1970, às barracas-complexo atuais –, as propriedades dos empresários vinculados à AEPF foram se tornando marcas características de um lazer praiano – reconhecido dentro e fora da Cidade – e também alvo de conflitos; estes, en-

volvendo, de um lado, empresários da “praia nova” e, de outro, barraqueiros da “praia velha”, agentes públicos e vendedores ambulantes.

Aos poucos, as posições no interior dessa “mancha de lazer” foram estabelecidas com base no acúmulo desigual de propriedades econômicas e simbólicas, resultando em conflitos de usos, na modificação das estruturas das barracas e no incremento de aspectos de ornamentação, estilização e *design*, tão valorizados nos espaços típicos do chamado “urbanismo pós-moderno” (ARANTES, 2001, 2000b; HARVEY, 2005, 2004). Essas modificações se intensificaram com a internacionalização da Praia do Futuro, desde a vinda de investidores estrangeiros, que passaram a adquirir barracas e outros empreendimentos turísticos, como pousadas e hotéis de luxo.

Não por acaso, os conflitos envolvendo a Secretaria do Patrimônio da União e empresários se intensificaram, sobremaneira, durante o período em que o projeto turístico *Esta praia tem Futuro* realizou intervenções no lazer organizado pelas barracas, sendo a última delas a implementação do projeto *Guardiões da Praia*, em 2006, em cujas torres constam as logomarcas da AEPF e da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR). Por ora, cabe descrever as modificações nas propriedades dos barraqueiros e sua relação com as posições ocupada, interiormente, nas barracas.

O primeiro convênio firmado entre agentes públicos – Procuradoria Geral da República, Prefeitura de Fortaleza, por meio da EMLURB, e Patrimônio da União – e barraqueiros previa uma série de restrições aos usos da Praia, que iam desde a delimitação do tamanho da área a ser ocupada por parte de cada barraca à quantificação do número de cadeiras e mesas. Um “termo de permissão de uso”, de 12 de fevereiro de 1990, concedido pela EMLURB a uma barraqueira, pode ser tratado como referência para captar algumas dimensões das propriedades, em uso por ocasião das redefinições de espaço das barracas.

Nesse convênio, a praia era considerada “bem de uso municipal”, segundo classificação da Prefeitura de Fortaleza, cabendo à permissionária atender às condições contratuais estabelecidas. Além de questões alusivas à duração do contrato e valores, outras cláusulas impunham os seguintes parâmetros: utilizar quantidade máxima de 35 mesas e 140 cadeiras “dentro do espaço delimitado pela EMLURB”; o objeto do contrato só poderia ser utilizado com fins comerciais; a transferência do uso da barraca deveria ser autorizada antecipadamente pela Empresa Municipal; era vedada qualquer comercialização do espaço publicitário da barraca, por serem as barracas padronizadas. A barraca do referido Termo, por exemplo, era de tipo D, nº 15, da urbanização da Praia do Futuro.

Essa tentativa de controle da expansão das propriedades das barracas, efetuada pela EMLURB, é um marco significativo no processo de mudanças então ocorrentes, na dinâmica de “integração” e “diferenciação” (ELIAS, 2008; 1994) do seu lazer praiano. Além da AEPF, o SEBRAE ocupou uma função importante no redimensionamento das barracas, mediante o incentivo ao empresariamento dos seus serviços e estruturas, que, diferentemente da Empresa Municipal, propôs seu crescimento físico e econômico.

Um diagnóstico realizado pelo SEBRAE em setembro de 1993, intitulado *Pesquisa setor turismo – barracas de praia*, fornece dados complementares para o entendimento dessas mudanças. O objetivo do diagnóstico era definir e propor medidas para organizar, do ponto de vista operacional, as barracas de praia de Fortaleza. Ao todo, foram identificadas 574 “unidades de turismo” em toda a orla, incluindo hotéis, pousadas e barracas. Destas últimas, 151 se localizavam na Praia do Futuro, que concentrava 70% do total de barracas de praia da Cidade^v.

Para a Empresa, aspectos como seleção do público, distância, competição e infraestrutura de lazer justificam-se com base em uma explicação lógica: sendo mais isolada do que as demais praias – o que remetia à ausência de pouca infraestrutura urbana –, a Praia do Futuro favorecia a sua utilização apenas por segmentos mais seletivos do ponto de vista social e de renda. Essa seletividade era apontada como variável responsável pelas mudanças nas estruturas de barracas da Praia, levando a uma maior concorrência entre barraqueiros.

Até meados da década de 1990, quando essa pesquisa em análise foi realizada, era comum, além da concentração da propriedade de barracas nas mãos de poucos barraqueiros, como visto antes, o emprego de familiares nelas, inclusive muitas das quais servindo também de moradia, denotando a ausência de uma espécie de racionalização dos seus processos produtivos, por meio da divisão entre local de trabalho e de moradia, algo que se intensificou com o empresariamento inaugurado pelas barracas-complexos, em cujo processo o SEBRAE cumpriu papel importante.

Em geral, as barracas das praias de Fortaleza possuíam propriedades que justificavam sua classificação, por parte do SEBRAE, como microempresas; não poderiam ser designadas como empresas por constituírem “firmas individuais”. Em média, havia três sócios por barraca, todos pertencentes, ou não, à mesma família. Cerca de 73% delas possuíam membros familiares na sua administração. Do total das barracas, 56% empregavam entre 04 e 09 pessoas, enquanto 42% tinham entre 10 e 20 empregados.

A definição do perfil operacional das barracas de praia, por parte do SEBRAE, se insere em um conjunto de mudanças de usos previstos para tais

estabelecimentos. A divisão mais racional se aplicou também sobre o trabalho e o próprio espaço da barraca, o que intensificou a diferenciação espacial de algumas delas no interior da “mancha de lazer”. Esse aspecto está presente, também, em outros espaços urbanos da Cidade – por exemplo: Maciel (2010), ao tratar do aeroporto de Fortaleza; Bezerra (2009), a respeito da Praia de Iracema, e Gondim (2007), em análise do Centro Cultural Dragão do Mar – e também fora da cidade (ZUKIN, 2000). Nesses “espaços urbanos pós-modernos” predominam a mistura de usos e a estilização dos ambientes.

A ausência de racionalização poderia ser melhor observada, segundo a Empresa, na gestão administrativa das barracas da Praia. Apenas 62% delas tinham a prática de “traçar suas metas com regularidade”, o que se refletia diretamente nos baixos índices de: controle de caixa (57,8% das barracas), fluxo de caixa (51,17%) e controle de despesas (51,1%). Esses aspectos de “ausência de controles formais” constatados eram mais característicos, quando se levava em conta “o porte micro da grande maioria das empresas que ainda se caracteriza como unidade familiar, onde a presença de parentes ocorre em alto percentual”.

Do total de barracas da Praia, 98% dos proprietários “dirigem eles próprios seus negócios há mais de 2 anos”; 52% estão há mais de 6 anos, “o que revela uma estabilidade no ramo”, sendo a propriedade de barracas a “atividade principal” para 87% dos barraqueiros. O tempo de permanência na Praia não era apontado pelo SEBRAE como fator preponderante para o seu “associativismo”. Senão vejamos: apenas 9% estavam registrados no antigo SINDETUR (Sindicato de Empresas de Turismo) e 24% possuíam registro na Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Das 151 barracas da Praia do Futuro, apenas 6,67% dos seus proprietários eram filiados à Associação dos Barraqueiros da Praia do Futuro, contra 93,33% de não-associados.

No que diz respeito à oferta de produtos pelas barracas, todas comercializavam bebidas alcoólicas, refrigerantes e tira-gostos; 78% trabalhavam com cardápio impresso; 78% serviam suco ou água; 40% contavam com som ambiente; 20% apresentavam som ao vivo e 02% possuíam material para jogos. Esses elementos já constituiriam fatores para diferenciação das barracas da Praia do Futuro, quando comparadas às existentes nas demais praias da Cidade. Ainda de acordo com a pesquisa, examinando-se o interior das barracas da Praia, era notório que aquelas “com maior grau de capitalização procuram elevar seu nível de desempenho e resultados buscando a oferta de serviços e lazer diferenciados”. Dentre os fatores de diferenciação, constava que apenas 16% delas ofereciam mais de dez variedades de tira-gostos e 07% disponibilizavam mais de 10 tipos diferentes de refeições e bebidas, excluindo-se a cerveja.

Em toda a extensão das praias de Fortaleza, a pesquisa assinala o seguinte padrão de infraestrutura operacional das barracas: 96% possuíam fogão comum; 91%, instalações elétricas; 80%, instalações hidráulicas; 62%, geladeiras; 58%, freezers; 24%, transporte próprio e 02%, fogão industrial. Esse quadro era apontado como revelador da “fragilidade e precariedade das barracas para uma qualificação para o atendimento turístico”. O fato de todas as barracas não possuírem instalações elétricas e hidráulicas, cerca de 13% delas, significava que ainda estavam em “estágio de total artesanidade”.

Conforme a pesquisa, por conta desses elementos comparativos de diferenciação das propriedades das barracas, a Praia do Futuro já era responsável por atrair certa corrente turística, de maior poder aquisitivo, enquanto as “barracas instaladas nas demais praias, naturalmente, recebem uma outra fatia do mercado, formada por clientes nativos e de menor poder aquisitivo”.

No geral, a avaliação da Empresa acerca do “perfil operacional das barracas de praia” de Fortaleza concluía, em relação à Praia do Futuro, que a maior concentração espacial delas nesta praia se devia ao fato de ali se localizarem “as unidades de melhor categorização e com condições de bem atender ao turista ou visitante da cidade”; que algumas barracas já eram classificadas como “empresas” e apresentavam “alto grau de consolidação de propriedades das instalações e experiência gerencial”. Por outro lado, ainda persistiam alguns traços que a aproximavam das demais praias de Fortaleza, como “baixo nível de ações de natureza coletiva ou associativa” e precariedade das instalações higiênicas.

Em 1995, dois anos após o diagnóstico do SEBRAE, era possível assinalar outras classificações oficiais similares das barracas de praia de Fortaleza, tomando como parâmetro a presença de aspectos de higiene e limpeza. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), órgão responsável pela chamada balneabilidade das praias do Estado, lançou nesse ano o projeto *Praia Limpa*, com o intuito de intervir nos trechos de praia mais poluídos.

Duas áreas-piloto foram planejadas para a intervenção: a primeira, compreendendo a Praça 31 de Março, nos limites entre as barracas *Água Viva e Alves*, onde havia a presença de 23 unidades; a segunda área, na praia da Barra do Ceará, nos limites entre o antigo Clube de Regatas e o píer que fazia divisa com a praia das Goiabeiras. Nesse trecho, havia 144 barracas.

Além dessas áreas iniciais, estava prevista a expansão do Projeto para outros trechos das praias, abrangendo: na Praia do Futuro, entre a Praça 31 de Março e o clube Caça e Pesca, 42 barracas; da Praça 31 de Março ao início do Calçadão, onde finalizava o trecho das barracas padronizadas – nos limites entre as barracas *Verde e Branco* e *Karlux's* –, 45 barracas. Do Calçadão ao

antigo Chez Pierre, entre as barracas *Esquina do Futuro* e *Casarão*, havia 41 barracas. Por fim, a Beira-Mar, nos limites das barracas *Portal do Sol* e *Iracema*, existiam 66 barracas.

O projeto *Praia Limpa* tinha como objetivo modificar “o comportamento dos freqüentadores, dos vendedores ambulantes e dos proprietários de estabelecimentos comerciais (barraqueiros)”. Sua proposta de mudar comportamento assemelha-se, em menor escala, ao que Elias entende por “processo civilizador”. Para ele, “as boas maneiras continuam em processo de formação. O novo padrão não surge da noite para o dia. Algumas formas de comportamento são proibidas não porque sejam anti-higiênicas, mas por que são feias à vista e geram associações desagradáveis” (1994, p. 134).

Como parâmetro de classificação das praias – como “limpas”, “intermediárias” e “sujas” –, a pesquisa adotou a diferenciação nos aspectos de higiene e outros, conforme se observa nos dois trechos citados a seguir:

(...) Relacionando-se esta classificação com sua localização na cidade e com o nível de renda das pessoas que as habitam e/ou freqüentam, pode-se admitir que o referido serviço prestado pela Prefeitura se orienta nitidamente por um atendimento diferenciado (...). Com efeito, segundo os dados da pesquisa, observa-se que as praias esteticamente limpas de Fortaleza são as localizadas no trecho Praia de Iracema – Beira-Mar. Nesta área, onde estão localizados a grande maioria de hotéis de luxo, os flat’s mais suntuosos e os condomínios fechados das pessoas de alto poder aquisitivo, observa-se uma elevado padrão de eficiência do serviço de limpeza pública, consubstanciado na oferta de um espaço comparativamente mais limpo.

A pesquisa identificou também “praias de periferia” (“situadas em bairros de população de baixa renda, tais como, Kartódromo, Barra do Ceará e Goiabeiras”), caracterizadas por apresentarem “configuração inversa àquela identificada nas praias do trecho Iracema-Beira-Mar”. E ressaltava: nas imediações da praia do Kartódromo, a situação urbana se agravara, pois havia se transformado em “lixão”. Quanto à Praia do Futuro, classificou como “praia intermediária”:

(...) freqüentada principalmente pela classe média de Fortaleza, notabilizou-se pela oferta de um mar despoluído e de caranguejos que podem ser degustados em praticamente todas as barracas da orla. Na escala adotada no relatório poder ser considerada como de situação intermediária entre as praias limpas e as praias sujas e apresenta trechos mais ou menos limpos em função das ações

dos comerciantes estabelecidos na área (barraqueiros), dada a insuficiente capacidade de atendimento da Prefeitura.

A expansão e o crescimento das barracas foram ocorrendo nos embates entre os agentes envolvidos e revelando disputas simbólicas em torno dos espaços e significados de praia. O lançamento e a implementação, em 1999, do projeto turístico *Esta praia tem Futuro* – uma ação conjunta entre AEPF e SETUR – são considerados, sob dois aspectos, marco na reviravolta das posições dos barraqueiros acerca dos usos e representações semânticas da Praia. Em primeiro lugar, essa dinâmica consolidou e legitimou a posição de poder da AEPF e de seus associados; a entidade concentrava em suas mãos as funções de planejamento do lazer praiano, já que passava a atuar diretamente na redefinição dos seus novos limites, e outras mais relacionadas com o controle sobre as armações de outros barraqueiros excedentes. Em segundo lugar, favoreceu, por conta disso, uma sobreposição semântica entre barracas-complexo e praia, resultando no fenômeno sociológico que pode ser sintetizado no que Dagnino (2004, 2000) designa como “deslizamento semântico”.

ESTA PRAIA TEM FUTURO: A PRAIA DA AEPF

A posição de poder alcançada pela AEPF na configuração de lazer manifestase mais diretamente nos aspectos apontados como negativos que passavam a caracterizar a Praia do Futuro. A autonomia da entidade e de seus associados, em relação a outros barraqueiros e ao poder público – em andamento em fins dos anos 1980 e início da década de 1990 –, foi significativa nas redefinições do lazer praiano. Durante a vigência do projeto turístico *Esta praia tem Futuro*, os aspectos de centralidade da AEPF e de deslizamento semântico (praia/barraca) foram mais acentuados. Por meio da maior ligação e atuação dos associados reunidos na AEPF teve curso uma espécie de “processo civilizador” (ELIAS, 1994) do espaço das barracas de praia. Segue-se a análise de como se deu tal processo.

Em ofício encaminhado em 10 de março de 2000 aos agentes envolvidos⁶ com o projeto *Esta praia em Futuro*, a então ABPF relatou algumas atividades desenvolvidas segundo o “interesse coletivo da Associação”. Dentre essas ações, mencionavam: o concurso para a confecção da logomarca da Praia do Futuro – lançada esta, oficialmente, no dia 23/03/2000, na barraca *Tropicália*, localizada, hoje, na “praia nova”; um mutirão de limpeza e “campanhas educativas” do SEBRAE/SEMACE/EMLURB; início da execução do projeto de Urbanização e ordenamento de faixas de praia da

AEPF, a cargo do arquiteto Inácio Montenegro, contratado pela Associação, e sob a orientação da Delegacia do Patrimônio da União; florestamento da Praia, além de um acordo entre a Associação dos Barraqueiros e Órgãos Públicos com o objetivo de “disciplinar a área de atuação dos vendedores ambulantes na Praia do Futuro”. Nesse acordo, se havia estabelecido que nenhum ambulante poderia comercializar seus produtos nos salões das barracas. Além dessa medida, outra determinava os produtos que poderiam ser vendidos.

O lançamento da logomarca representava, de modo particular, um ato simbólico fundamental para os barraqueiros reunidos na Associação, uma vez que passaram a buscar reconhecimento como empresários e não mais como barraqueiros. A ABPF passava agora a ser divulgada com a sigla AEPF. É recorrente nas entrevistas que realizei e nas conversas informais mantidas com os associados à AEPF lembrarem essa distinção, um dos aspectos que ressaltam a divisão entre “praia nova” e “praia velha”.

A logomarca da AEPF está afixada nas torres do projeto *Guardiões da Praia* (ao lado da identificação da SETUR). Nela, além das letras, uma representação de duas mãos cerrando união é retratada, o que remete, segundo a presidente da Associação, tanto à nova união firmada entre os empresários quanto à parceria destes com a SETUR. Antes de tratar do “reordenamento da praia” pela AEPF, cabe lembrar as condições e a estrutura do projeto *Esta praia tem Futuro* no qual essa proposta de reordenamento se insere.

Por ocasião do lançamento do *Esta praia tem Futuro*, algumas condições eram lembradas, pela então ABPF, para a eficácia das medidas a serem adotadas: ela dependeria da “organização dos agentes, conciliação de interesses e da vontade política para resolver os problemas da Praia do Futuro”; “o projeto deverá resolver os problemas do presente, no entanto, já preparando as condições para concretizar ações portadoras de futuro” e a identificação de prioridades para a Praia, dentre as quais questões de infraestrutura, limpeza e higiene, profissionalização dos barraqueiros e segurança.

O Projeto foi, assim, a ser subdividido entre cinco grupos de trabalho, com vistas a atender suas prioridades de modo mais autônomo. Foram eles: Grupos de urbanização e infraestrutura; segurança; equipamentos; capacitação/qualidade e imagem/comunicação. Conforme a proposta, trabalhariam “pontos prioritários, objetivando promover e consolidar a Praia do Futuro como Centro Turístico, tornando-a competitiva, melhorando sua habitabilidade, conservando e resgatando sua imagem”.

Nos vários ofícios aos quais tive acesso, encaminhados pela SETUR e pela AEPF a outros agentes públicos e privados, era-lhes cobrada parti-

cipação em um desses grupos, ao mesmo tempo em que era lembrada a urgência da concretização das ações previstas. Aos olhos desses dois agentes, só com o engajamento de todos os empresários associados se poderia alcançar o objetivo principal do Projeto, que era “transformar a praia em um modelo de serviços”. Para isso, algumas estratégias foram encaminhadas de modo prioritário, com o intuito de dar mais visibilidade às ações. Atuar diretamente sobre as armações de outros barraqueiros que impediavam, para a AEPF, a construção de uma “nova” Praia do Futuro parecia ser a medida mais urgente a ser tomada: “Nós que fazemos a Praia do Futuro somos conscientes de que as mudanças que necessitam ser implantadas nesta praia, não são simples, sabemos que é um projeto de médio e longo prazo” – lembrava a AEPF.

Em ofício de 06 de novembro de 2001, o Secretário de Turismo do Estado, Sr. Raimundo Viana, lembrava:

(...) estamos trabalhando em ações concentradas na melhoria geral da praia [Grifo meu] e que solicitamos à Prefeitura, em reunião conjunta, ações de limpeza pública, trabalho com ambulantes, iluminação e sinalização (...) Ressaltamos que este mês entrou em funcionamento o Hotel Vila Galé, que é voltado para um público nacional e internacional, cuja captação do investimento, bem como do Hotel Lisboa foi ação da SETUR, colocando a Praia do Futuro no mapa do turismo internacional.

Àquela altura, a AEPF, então assumindo uma posição mais determinante, reunia cerca de 108 empresários associados, responsáveis por empregar mais de 3.000 funcionários diretos e por abrigar nas áreas de praia próximas às barracas em torno de 9.000 empregos indiretos (Ofício à SETUR, de 07 de dezembro de 2000). Nem todos os barraqueiros, todavia, estavam associados à AEPF, em particular, os do trecho da “praia velha”.

As discussões levadas a efeito nas reuniões organizadas para elaboração e implementação do Projeto – que ocorriam nas dependências das barracas da “praia nova”, (por exemplo: *Chico do Caranguejo*, *Crocodilo*, *Itapariká*, *América do Sol* e *Marulho*, principalmente); ou na própria sede da SETUR – eram sempre acaloradas, já que envolviam debates sobre intervenções de grande vulto. Elas podem ser consideradas aqui como espaços de produção do consenso que se buscava estabelecer acerca da praia. Durante essas reuniões, se tecia uma rede de informação e comunicação entre empresários ligados à AEPF – responsável por circular significados de praia em jogo mais ou menos comuns entre esses agentes.

O consenso foi estabelecido em torno dos seguintes aspectos prioritários: infraestrutura e serviços públicos, tais como “segurança, higiene, saneamento básico, preços cobrados e assédio de vendedores ambulantes no interior de barracas e na praia, bem como a regulamentação da atividade de ‘barraqueiros’”. Essa relação de prioridades além de se basear nas constatações dos barraqueiros, é fruto de pesquisa realizada junto aos freqüentadores da praia” (AEPF, “SETUR divulgará plano de ação para a Praia do Futuro”, de 22 de novembro de 1999).

Em novembro de 1999, poucos meses após o lançamento oficial do Projeto, a AEPF já realizava, por conta própria, e sob fiscalização da DPU, o “ordenamento das faixas de praia, delimitando a área de ocupação das barracas e a retirada de estabelecimentos abandonados em áreas da União”. Nesse período, eram contabilizadas seis barracas abandonadas, retiradas, sendo que outras oito tinham demolição prevista.

Analisando o “relatório de vistoria das barracas do trecho 1” (produzido pelo Projeto, de dezembro do mesmo ano), onde se situam as barracas da “praia velha”, é possível inferir que um número maior de barracas era objeto de remoção. Dos cinco trechos classificados para intervenção, o de número 01 apresentava “problemas mais urgentes”. Ao todo, foram identificadas 38 barracas nesse trecho, considerado pelos empresários reunidos na AEPF como o principal referencial de contraste para a construção da “nova Praia do Futuro”.

Além de propor mudanças nos aspectos arquitetônicos e externos das barracas, as regras de atendimento e manuseio de alimentos constituíam também fatores fundamentais para a constituição de uma “nova praia”. Nos anos que se seguiram ao Projeto, várias medidas de mudança nas práticas apontadas como tradicionais no interior das barracas passaram a ser propostas. O SEBRAE foi responsável por orientar todos os cursos e seminários com essa finalidade. O intuito era transformar a qualidade dos serviços oferecidos nas barracas, seja daqueles realizados na cozinha, seja no trabalho de atendimento dos garçons.

A referência a um dos documentos utilizados nesses cursos, tomado aqui como espécie de “manual de etiqueta e de bons modos” (ELIAS, 1994), fornece pistas instigantes acerca das novas regras de comportamento incentivadas desde então. A centralidade alcançada pelas barracas-complexo deve-se, em grande parte, às mudanças de usos da praia. Além das medidas impostas pelos empresários aos garçons, os clientes passaram também a exercer pressões a favor de novos padrões de comportamento, da qualidade dos serviços e dos produtos ofertados durante o lazer.

No mesmo ano de lançamento do projeto *Esta praia em Futuro*, um seminário intitulado “Qualidade no atendimento”, realizado na barraca Marulho – então sede da AEPF e propriedade de sua presidente –, prescrevia regras de comportamento e habilidades requeridas ao “garçom de praia”. Embora considerasse que algumas regras poderiam ser transpostas de espaços mais tradicionais de atuação do garçom, como os restaurantes, o seminário estabelecia um atendimento diferenciado e específico para as barracas de praia.

Algumas qualidades deveriam assim ser atendidas. O primeiro e mais importante aspecto a ser observado se referia ao comportamento:

As regras de atendimento não são muito diferentes de restaurante para restaurante. Estando num restaurante de hotel ou em uma barraca praiana, o cliente espera sempre de quem o atende, atitudes comportamentais básicas. Garçons fumando ou mascando chicletes, por exemplo, choca tanto quem está num restaurante *à la carte* quanto numa barraca de praia. Garçons trocando informações entre si aos gritos também passam a idéia de desrespeito.

O garçom deveria seguir regras básicas, como boa postura e apresentar-se:

(...) sem bigodes, de cabelos penteados, unhas limpas e sem esmalte, sem perfume, sem desodorantes fortes, sem jóia (abrindo-se exceção para alianças e relógios discretos) com uniformes impecáveis e levando no bolso só o material necessário para o trabalho: abridor, caneta, talão de comanda, fósforos e um guardanapo, de preferência branco.

Conforme as orientações do Seminário, o “garçom de praia” deveria reunir ainda outros traços comportamentais:

(...) Ter sensibilidade diante das diversas situações; ser pontual; ser cortês no atendimento de clientes internos e externos; ter tato para lidar com problemas e pessoas; ter firmeza de caráter (as pessoas de comportamento dúbio não são respeitadas entre os colegas e nem aceitas pelos empregadores); estar atento à linguagem corporal utilizada; ter habilidade de uso do tom de voz; ser capaz de apresentar atendimento personalizado.

As condições de trabalho, em se tratando de praia, impunham exigências que se distanciariam dos preceitos morais acerca do caráter ou personalidade do garçom, embora deles não prescindissem. A areia da praia obrigaria o garçom a “deslocar-se de forma mais discreta”. Este deveria ser

“elegante no transitar entre clientes”. O fato de se tratar de local ventilado e próximo ao mar exige habilidades na comunicação: “a falta de acústica da praia exige tom de voz acima do normal”.

Outras “boas maneiras” (ELIAS, 1994) deveriam ser atendidas na realização do trabalho do garçom:

(...) durante o período de trabalho não é permitido aos garçons postura desleixada, tais como: ficar encostado nos coqueiros, balaústres ou toldos das mesas”; o fato do serviço ser realizado na descontração de uma praia não é motivo para que o garçom deixe de atentar para a seriedade do seu trabalho; o garçom de praia deve estar preparado para situações adversas, como, por exemplo, jogos nas areias de frescobol, voleibol ou pipa, que possam causar incômodo ou mesmo acidentes.

O manual concluía expondo outras exigências consideradas fundamentais ao bom trabalho dos “garçons de praia”. Dentre estas, as características físicas e intelectuais. Em relação às primeiras, as condições impostas ao “garçom de praia” pela topografia do local envolviam aspectos de agilidade e destreza:

(...) destreza manual [sic] (o garçom de barraca deve ser hábil na condução de bandejas, garrafas e demais materiais de praia); equilíbrio (deslocar-se na areia requer preparo acima do normal. O garçom de barraca deve ter físico apropriado para exercer essa função. Embora não seja exigência, os profissionais que não fumam e não bebem levam vantagem em relação a estes); fonação e audição normais (um garçom gago ou fanhoso pode causar embaraços tanto aos clientes quanto a si mesmo); visão (trabalhar exposto ao sol e à claridade excessiva de uma praia requer dos profissionais uma visão acostumada ao ambiente. O uso de óculos escuros não é aconselhável); olfato e paladar apurados (praticamente todos os frutos do mar exalam fortes odores. Desta forma, os utensílios utilizados no serviço de barraca merecem atenção redobrada, pois podem deixar cheiros desagradáveis de um cliente para outro. Isso requer do garçom olfato aguçado para perceber possíveis odores indesejáveis. O paladar evita que comidas estragadas cheguem à mesa do cliente); por último, sensibilidade (ser capaz de distinguir se uma cerveja está na temperatura adequada ou se o prato não esfriou é de fundamental importância. Ser capaz de reconhecer diferenças nas cores ou odores dos produtos também é importante).

As regras para o “bom atendimento” incluíam ainda aptidões “intelectuais” e de “personalidade” com vistas a satisfazer o “cliente de barraca”,

considerado distinto daqueles que comumente frequentam restaurantes. O manual prescrevia como exigência intelectual ter: “boa memória”, “capacidade de compreensão oral”, “facilidade para o domínio de línguas estrangeiras”, “memória de nomes, números, objetos e fisionomia”. No que se refere à “personalidade” do garçom, esperava-se que ele revelasse durante seu trabalho “honestidade, simpatia, sociabilidade, vivacidade, persistência, estabilidade emocional e discrição”.

Além da consulta a esses manuais, por diversas vezes, pude registrar nas entrevistas e em conversas informais com empresários ligados à AEPF o relato, em tom negativo, do trabalho realizado pelos garçons antes do Projeto e da atuação positiva do SEBRAE. Frequentemente, eles eram acusados de se apresentarem mal vestidos, de realizarem roubos a clientes e de estarem despreparados para atender turistas e fortalezenses.

Atento a essas observações, o SEBRAE passava a incentivar mudanças nas práticas de atendimento no interior das barracas, resultando, ao lado de outras similares, no cerceamento do sentido de praia que a dinâmica desses equipamentos parece ter favorecido. Essas regras de comportamento impostas mais recentemente aos garçons pela Empresa surgiram paralelamente às mudanças nos padrões das barracas e aos novos hábitos que os clientes que passaram a frequentá-las puderam praticar. Nesses complexos há espaços mais restritos para a realização de refeições e cuidados com a higiene pessoal. Sem falar que os novos padrões de cozinha internacional desses complexos retiram da vida pública (ELIAS, 1994) a armazenagem, o tratamento e o preparo dos alimentos. Nas palavras de N. Elias:

Este isolamento das funções naturais da vida pública, e a correspondente regulação ou moldagem das necessidades instintivas, porém, só se tornaram possíveis porque, juntamente com a sensibilidade crescente, surgiu um aparelhamento técnico que solucionou de maneira muito satisfatória o problema da eliminação dessas funções na vida social e seu deslocamento para locais mais discretos. A situação não foi diferente no tocante à mesa. O processo de mudança social e o avanço das fronteiras da vergonha e do patamar de repugnância não podem ser explicados por qualquer condição isolada e, decerto, não pelo desenvolvimento da tecnologia ou pelas descobertas científicas. Muito ao contrário, não seria difícil demonstrar as bases sociogenéticas e psicogenéticas dessas invenções e descobertas. (ELIAS, 1994, p. 144).

À mesa, na “quinta do caranguejo”, são marcantes os modos como o consumo do crustáceo se tornou algo ritualizado e pacientemente realizado.

Apesar de o prato exalar forte cheiro por comportar bastante molho e condimentos, nas barracas-complexo a forma como o caranguejo é preparado e consumido revela distanciamento de usos e costumes encontrados nas barracas-artesanais ou mesmo antes delas, quando os alimentos eram preparados à vista de todos, sem grandes requintes ou sofisticação.

A grande procura pelos serviços diferenciados de atendimento das barracas-complexo, hoje, por parte de turistas e visitantes que se dirigem à Praia do Futuro, é um indício dessas transformações operadas nas barracas de praia.

Nas avaliações de clientes e frequentadores, dos serviços do lazer praiano, a alusão ao trabalho de garçons configura-se como um dos aspectos mais ressaltados. Outros, porém, são lembrados atuando nas classificações da Praia do Futuro em “praia nova” e “velha”. É digno de nota, nesse sentido, o texto intitulado “Avaliação da Praia do Futuro segundo seus freqüentadores”, produzido pela SETUR no ano de lançamento do projeto *Esta praia tem Futuro*.

Segundo essa Secretaria, os dados referentes aos frequentadores da Praia, em 1999, revelavam o seguinte: 52,7% residiam fora de Fortaleza, dos quais 5,9%, em diferentes cidades do estado e 46,8% em outros estados. Os residentes em Fortaleza somavam 47,3%. A Praia possuía um público assíduo em torno de 29,3%, dos quais 5,8% frequentavam todos os dias, e os demais 70,7% são frequentadores eventuais. Entre os frequentadores que eventualmente visitaram a Praia do Futuro, 74,6% eram turistas, dos quais 66,2% residiam fora do Ceará e 8,4% no restante do estado. Os residentes em Fortaleza representavam 25,4%.

Esses dados alusivos à concentração eventual do público em alguns dias são reveladores do fato de o lazer da Praia haver caminhado, após o Projeto e as ações do SEBRAE, para uma certa temporalidade socioespacial, transformando-a fisicamente e, em consequência, os significados semânticos comumente atribuídos à praia (“bem público de uso comum do povo”). Essa temporalidade elegeu “o domingo na praia”, “a quinta do caranguejo” e os dias de *shows* e eventos como os mais significativos na sedimentação de sua imagem atual de lugar praiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou os traços de redefinição dos usos emprestados pelos complexos de lazer à Praia do Futuro, associados por empresários, moradores e visitantes como os espaços mais representativos da “praia mais badalada da cidade”. As redefinições que as barracas-complexo imprimem aos usos

do lazer da Praia do Futuro parecem revelar mudanças significativas do planejamento público e privado de praias, em curso no Brasil. Conforme Ferreira de Paula (2005), é comum nas propostas de planejamento de praias no Brasil definir pelo menos três zonas, cada qual possuindo uma funcionalidade objetiva: uma zona ativa, dedicada ao banho e aos esportes; uma zona de descanso, onde há presença de guarda-sóis e cadeiras; e uma zona de reserva, contando com vestiários e restaurantes usualmente localizados em uma avenida à beira-mar ou em calçadão, quando esse existe. É o caso da famosa Copacabana e sua Avenida Atlântica.

Como visto, a constatação, por parte da AEPF e do SEBRAE, do caráter precário e artesanal das barracas da “praia velha” – seja do ponto de vista das estruturas, seja quanto aos aspectos de higiene e limpeza – resultou, em fins dos anos 1990, numa tentativa de gestão compartilhada entre a Associação e a Secretaria de Turismo do Estado. O projeto *Esta praia tem Futuro* é considerado, nesse sentido, aquele que pôs em prática várias ações e propostas de reorganização do lazer praiano, com suporte nos quais se intensificou a divisão entre “praia nova” e “praia velha” e as posições ocupadas pelas barracas-complexo no seu interior.

É comum, no discurso dos barraqueiros associados e nos registros documentais levantados neste artigo junto à AEPF, se justificar a existência dos grandes complexos de lazer pela necessidade de superar a improvisação das primeiras barracas e para atender ao público, que, por volta das décadas de 1960/1970, se dirigia à Praia do Futuro em busca do seu lazer praiano: um público, na avaliação da Associação, “simples, descontraído, informal e desprogramado”. Os significados de palavras como “barraquinhas”, “organização”, “público”, entre outras, revelam outras apropriações semânticas, realizadas pela AEPF, das transformações dos usos do lazer praiano, em referência às qualidades atribuídas às barracas-artesanais.

A posição ocupada pela AEPF no interior dessa transformação resultou em algumas mudanças fundamentais na sua atual classificação como lugar praiano. O crescimento das barracas-complexo pode ser avaliado como parte de um processo de profissionalização e fechamento do sentido atribuído à praia. O exemplo da Praia do Futuro ensina que as formas de organização do lazer praiano não apenas se modificam ao longo dos anos, bem como redefinem as fronteiras simbólicas do que se entende por praia, proporcionado apropriações físicas e simbólicas que obedecem às várias temporalidades socioespaciais mais comuns.

NOTAS

¹ A Praia do Futuro se encontra ao leste de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. Divide-se, do ponto de vista da administração municipal, em duas grandes áreas: Praia do Futuro I, que tem início nas proximidades dos bairros Mucuripe e Cais do Porto, indo até a rua Renato Braga, nas imediações do Clube dos Engenheiros; e a Praia do Futuro II, que segue desse trecho até o rio Cocó, na divisa com a Praia da Sabiaguaba, último trecho de orla da Cidade. Segundo dados do censo do IBGE, de 2010, a Praia do Futuro I possui 6.630 habitantes, enquanto a Praia do Futuro II reúne 11.957, totalizando em conjunto 18.587 moradores. Em dez anos, a Praia do Futuro I. teve crescimento populacional de 127,29%.

² No guia de praias de Freire (2008), encontram-se descrições e avaliações das “megabarracas da Praia do Futuro”: “a CrocoBeach é a mais incrementada, com um deck sob o coqueiral; a Atlantidz, a mais bem decorada; a Vila Galé, a mais calminha; a Vira Verão, o point da geração saúde, a única que mantém as cadeirinhas de madeira e as cabaninhas de palha de antigamente. Porém é a Cabumba, a preferida dos alternativos e do pessoal GLS. Quinta-feira acontece um fenômeno: meia cidade vai à praia à noite para comer caranguejo”.

³ Os trechos de depoimentos que se seguem foram extraídos de entrevista que me foi concedida, em março de 2010, por “Seu” Marinho, empresário associado à AEPF.

⁴ Na ação civil pública, de 2005, do Ministério Público, ainda em vigor, estão previstas a demolição de todas as barracas da Praia do Futuro e sua reorganização em barracas padronizadas. Essa medida foi dada como definitiva em outubro de 2010 por meio de uma sentença. É constatado que, do total das barracas, 101 impedem o livre acesso à praia por meio de obstáculos como cercas, muros e tendas; 43 realizam “apropriação clandestina de trechos de praia”, enquanto 98 ocupam área que excedem o limite de ocupação permitida. Nos últimos anos, o complexo *CrocoBeach* cresceu mais que cada uma das barracas da Praia do Futuro. Segundo consta na Ação de 2005, o complexo excede atualmente em 6.318,15 m² a área de uso permitida pelo Patrimônio da União. Apenas seis barracas-complexo se aproximam dessa marca: *Estação do Sol* (4.281,39 m²), *Marinho’s Beach* (4.929,23 m²), *Itapariká* (4.075,58 m²), *Castelo Beach* (5.155,35 m²), *Arpão* (5.267,25 m²) e *Paraíso Ecológico* (4.568,80 m²).

⁵ Além das barracas da Praia do Futuro, foram pesquisadas as das praias da Beira-Mar (66), Iracema (02) e Mirante (07).

⁶ Empresários e representantes do Patrimônio da União.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2000b.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 9ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 2007.
- FEATHERSTONE, Mike. "Culturas globais e culturas locais" In: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2001, p. 83-104.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- FERREIRA DE PAULA, Glairton. *As barracas da Praia do Futuro e sua relevância como atrativo diferencial para o turismo de Fortaleza*. 63p. Monografia (2005). Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-Ce.
- FREIRE, Ricardo. *100 praias que valem a viagem: uma seleção das praias mais gostosas do Brasil*. São Paulo: Globo, 2008.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas-SP: [s.n], 2001.

MACIEL, Wellington. *O aeroporto e a cidade: usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2008.

Zukin, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder” In: ARANTES, A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas-SP: Papius, 2000, p. 80-103.

Palavras-chave:
**usos, lazer praiano,
espaço urbano, Praia do
Futuro.**

RESUMO

A presença de grande número de barracas de praia (espécies de bares, restaurantes e casas de shows à beira-mar) na Praia do Futuro é um aspecto importante para compreender o seu lugar na dinâmica urbana contemporânea. Nos últimos anos, algumas barracas cresceram e passaram por uma diferenciação que tem resultado na modificação do sentido jurídico de praia (“bem público de uso comum do povo”) consagrado em leis brasileiras específicas. Em contraposição aos barraqueiros outsiders da “praia velha”, essa redefinição é realizada mais intensamente por parte das barracas-complexo de propriedade dos empresários estabelecidas na Associação dos Empresários da Praia do Futuro (AEPF). As barracas-complexo se diferenciam das barracas-artesanais quanto à arquitetura e no que se refere aos traços de estilização estética, aspectos bastante valorizados atualmente pelo city marketing.

Keywords:
**uses, seaside leisure,
urban space, Praia do Futuro.**

ABSTRACT

The presence of a large number of beach tents (kinds of pubs, restaurants, show establishment by the sea) in Praia do Futuro is an important aspect in order it can be understood within the contemporary urban dynamics. In recent years some tents expanded and passed through a change that resulted in a modification of the juridical meaning of the word beach (“public goods of people common use”) anointed in the specific Brazilian laws. In contrast to the outsiders of “old beach”, this redefinition is achieved more intensely by the owners of the tents-complexes established in the Association of Businessmen of Praia do Futuro (AEPF). The tents-complexes differ from the craft-tents concerning to architecture and regarding to stylish esthetic features, aspects that are well valued currently by the city marketing.

Recebido para publicação em fevereiro/2013. Aceito em abril/2013.
